

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/310327658>

Populações tradicionais em Unidades de Conservação na Pan Amazônia

Conference Paper · October 2016

CITATIONS

0

READS

37

3 authors:



Alvaro D'Antona

University of Campinas

83 PUBLICATIONS 423 CITATIONS

SEE PROFILE



Ricardo De Sampaio Dagnino

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte

101 PUBLICATIONS 112 CITATIONS

SEE PROFILE



Carolina Freixo

University of Campinas

6 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Atlas do Observatório das Migrações em São Paulo [View project](#)



URBISAmazônia [View project](#)

VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población
XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais
De 17/10/2016 a 22/10/2016 - Hotel Bourbon, Foz do Iguaçu /PR – Brasil

Tópico: Visibilidade dos povos tradicionais nas estatísticas oficiais

Resumo expandido

Populações tradicionais em Unidades de Conservação na Pan Amazônia

Álvaro de Oliveira D'Antona (FCA/Unicamp; NEPO/Unicamp)

Ricardo Dagnino (FCA/Unicamp)

Carolina Freixo (FCA/Unicamp)

Introdução

Unidades de Conservação (UC) constituem-se em um importante instrumento para a conservação de recursos naturais. Em consonância com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UN, 1992), os países da América Latina têm feito esforços para a reorganização administrativa e o estabelecimento de novas unidades conforme Sistemas Nacionais. No entanto, ainda que sejam reconhecidos direitos de populações tradicionais em determinados tipos de unidades, as UC são, potencialmente, áreas de conflitos, seja pela ação de ‘invasores’ (grileiros e madeireiros, por exemplo); pela delimitação incompatível com a prévia presença de populações tradicionais; e pela imposição de regras de uso contrárias aos interesses e práticas de tais grupos (BENATTI, 1999; BRAVO e CARRERE, 2004).

A Pan-Amazônia tem importância ambiental, estratégica, econômica e política (PENNA FILHO, 2013). Mesmo que existam iniciativas como a “*Red Latinoamericana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Áreas Protegidas, Flora y Fauna Silvestres*” (REDPARQUES, 2015) e a “*Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada*” (RAISG, 2011)¹, são necessários estudos regionais

¹ O REDPARQUES é uma aliança técnica formada por instituições públicas responsáveis pela administração e gestão de áreas protegidas, bem como instituições privadas e especialistas, a fim de contribuir para a conservação da diversidade biológica da região e no desenvolvimento de sistemas nacionais de áreas protegidas, através da troca de experiências e fortalecimento mútuo (REDPARQUES, 2015). O objetivo do RAISG é orientar esses atores institucionais a incorporar o Sistema de Informação Geográfica (SIG), de grande importância para a interpretação da situação e prognóstico desta região estratégica que é a Amazônia. (RAISG, 2011).

que ofereçam uma visão mais completa da ocupação das Unidades de Conservação (UC), respeitando a importância da diversidade étnica em várias dimensões (LOMBARDI *et al.*, 2013), e possibilitando comparações sociodemográficas entre UC, mesorregiões e países.

No artigo, são analisados e comparados os sistemas nacionais de países da Pan-Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) com foco em: a) tratamento dado a presença de populações tradicionais, indígenas ou não, em unidades de conservação (OIT, 1989); b) estimativas da população em tais áreas; e c) avaliação das fontes e tipos de dados disponíveis para estudos de população.

Material e Métodos

A partir das legislações específicas e documentos de referência, categorizamos as UC de cada país conforme a tipologia adotada pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), de tal modo a padronizar as denominações das unidades e identificar aquelas em que a presença de residentes e o uso sustentável de recursos são considerados legais (IUCN, 2016). Os limites das unidades situadas na Pan-Amazônia foram incorporados a um Sistema de Informações Geográficas (SIG-UC) ao qual incluímos dados de censos demográficos e de outras fontes, dispostos segundo as unidades administrativas e operacionais reconhecidas em cada país e também na forma de grades regulares (CIESIN, 2015; D'ANTONA *et al.*, 2015).

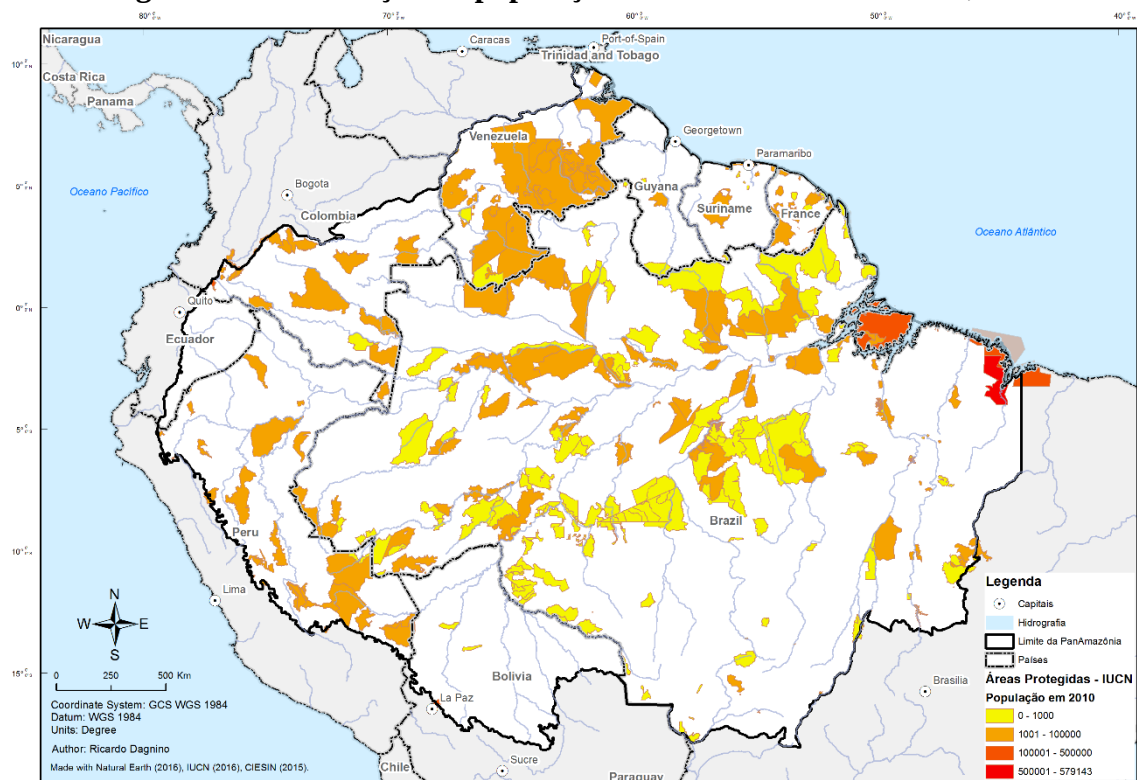
Resultados e discussão

O SIG-UC permite analisar espacialmente todos os conjuntos de variáveis ali integrados. A Figura 1 traz o mapa com todas as unidades consideradas. A Tabela 1 traz a estimativa da população segundo as categorias da IUCN aplicada a todos os países da Pan Amazônia. Destacam-se as categorias II (Parques Nacionais), a qual não deveria ter habitantes; V (Áreas de Proteção Ambiental), a qual aceita distintas formas de ocupação, inclusive em articulação com áreas urbanas; e VI, que inclui unidades como as Reservas Extrativistas, as quais dependem da presença de populações tradicionais.

Com base nos dados processados – ilustrados na figura e na tabela abaixo – percebemos que as fontes secundárias, mesmo no Brasil, oferecem uma visão limitada da ocupação das UC, tendo em vista o interesse em estimar a presença das populações

tradicionais. Apesar da delimitação de setores censitários do IBGE, no caso brasileiro, oferecer melhor correspondência a Terras Indígenas, o mesmo não se verifica, necessariamente, nas unidades de conservação. Ainda que a classificação dos polígonos utilizados para agregar a população em unidades administrativas ou de coleta dê visibilidade a territórios culturalmente definidos, tal não se dá quando se busca melhor resolução espacial através de grades regulares – o que permitiria análises comparativas mais refinadas em recortes internos a cada unidade considerada. No caso do Brasil, ainda que se tenha avançado desde o censo de 1991, com o aumento da visibilidade das populações tradicionais nos censos (LOMBARDI et al, 2013), o seu reconhecimento se dá de forma bastante limitada e condicionada ao recorte das UC. A maior possibilidade de visualização da distribuição espacial não basta para a caracterização das populações, sobretudo em porções fora de Terras Indígenas. Nos casos de populações não indígenas localmente consideradas como tradicionais, o conjunto de variáveis disponíveis não permite a distinção de tais grupos sem que se recorra a estudos de caso – o que limita os estudos macro regionais como o aqui proposto.

Figura 1 – Distribuição da população em UC da Pan Amazônia, 2010



Estimativa realizada pelos autores com base nas Áreas Protegidas contidas nas categorias da IUCN criadas até 2010 (inclusive 2010) - IUCN (2016) - e a população contida nos grids (CIESIN, 2015) com dados dos censos nacionais de 2010.

Tabela 1 – Estimativa da população em UC da Pan Amazônia, 2010

Categoria IUCN	População	%	Unidades (Qtde)	%
Ia	29.021	0,9	35	9,2
Ib	10.166	0,3	1	0,3
II	491.549	15,0	88	23,1
III	25.580	0,8	8	2,1
IV	130.033	4,0	43	11,3
V	1.839.246	56,3	42	11,0
VI	741.344	22,7	164	43,0
Total	3.266.939	100,0	381	100,0

Fontes: IUCN (2016); CIESIN (2015) – Elaborado pelos autores.

Conclusão

O levantamento documental evidencia os avanços nos modelos de áreas protegidas, particularmente no de unidades de conservação que passam a reconhecer a presença de populações tradicionais como um componente constitutivo. A padronização das tipologias de UC e o tratamento dos dados no SIG-UC permitiram estimar as populações residentes. Os problemas enfrentados no processo, assim como a reflexão sobre as fontes de dados e as técnicas empregadas são a base da avaliação dos limites ao uso dos dados secundários na caracterização do uso-ocupação de unidades de conservação. O levantamento de dados demográficos censitários indica avanços na quantificação e caracterização geral da composição dos residentes mas as fontes censitárias não parecem suficientes para dar conta de dimensões étnicas-culturais-territoriais relevantes para a visibilidade de tais populações e as análises dos efeitos locais e regionais das unidades de conservação. Ou seja, sem estudos de caso e fontes de dados complementares, ainda é difícil obter um mapeamento detalhado da ocupação das UC, com boa resolução e rico em variáveis, no quadro regional da Pan Amazônia.

Referências

BENATTI, J. Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 107-125, 1999.

BRAVO, E.; CARRERE, R. **Áreas protegidas: ¿protegidas contra quién?** Quito: Oilwatch, 2004.

CIESIN - Center for International Earth Science Information Network - Columbia University. **Gridded Population of the World**, Version 4 (GPWv4): Population Count. Palisades, NY: NASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.7927/H4BG2KXS>>. Acesso em 24/04/2016.

D'ANTONA, Á. D. O.; DAGNINO, R. D. S.; BUENO, M. D. C. D. Distribuição da população e cobertura da terra: o lugar das Áreas Protegidas no Pará, Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, p. 563-585, 2015.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **The World Database on Protected Areas** (WDPA). Cambridge, UK: UNEP-WCMC. 2016.

LOMBARDI, T.; SIMONI, A.; ESTANISLAU, B.; DAGNINO, R.; ARRUTI, J. Ethnicity and race data collection at some Latin American countries census. **XXVII IUSSP International Population Conference**, 2013, Busan. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.13140/2.1.3222.3528>>. Acesso em 20/04/2016.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989**. Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes. Organização Internacional do Trabalho, 1989.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 94-111, 2013.

RAISG - Red amazónica de información socioambiental georreferenciada. **Objetivos**. Disponível em <<http://raisg.socioambiental.org/objectivos>>. Acesso em 24/04/2016.

REDPARQUES - Red latinoamericana de cooperación técnica en parques nacionales, otras áreas protegidas, flora y fauna silvestres. **¿Quiénes Somos?** 2015. Disponível em <<http://redparques.com/quienes-somos/>>. Acessado em 20 de Abril 2016.

UN – United Nations. **Convenção sobre diversidade biológica**. United Nations, 1992.